

**EVIDENCIAR, NA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E
APLICAÇÕES DE RECURSOS, OPERAÇÕES
QUE NÃO AFETAM O CIRCULANTE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVIDENCIAR NA, DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E
APLICAÇÕES DE RECURSOS, OPERAÇÕES
QUE NÃO AFETAM O CIRCULANTE

MARIA IZABEL FRANCISCO PEREIRA

Florianópolis (SC), Dezembro de 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO - ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
EVIDENCIAR NA, DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E
APLICAÇÕES DE RECURSOS, OPERAÇÕES
QUE NÃO AFETAM O CIRCULANTE

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA IZABEL FRANCISCO PEREIRA

ORIENTADOR: PROF. WALTAMIR BARREIROS

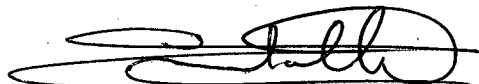
Florianópolis (SC), Dezembro de 1995

EVIDENCIAR NA, DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E
APLICAÇÕES DE RECURSOS, OPERAÇÕES
QUE NÃO AFETAM O CIRCULANTE

MARIA IZABEL FRANCISCO PEREIRA

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de dezembro de 1995.



Prof. Adalberto Nienkötter

Coordenador de monografias

Obteve a nota média de 9.5, atribuída pela Comissão examinadora
integrada pelos professores:



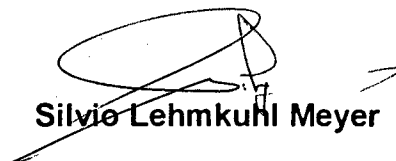
Waltamir Barreiros

Presidente



Vladimir Arthur Fey

Membro



Silvio Lehmkuhl Meyer

Membro

Zulma e Carlos, meus pais, por
incentivo, compreensão e fé.

A Valmir, meu esposo, pelo
afeto, paciência e amor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores Ilse Maria Beuren, Waltamir Barreiros, Flávio da Cruz, Dauro Rodrigues Redaelli e outros que de alguma maneira contribuíram para este Trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
1.1. Especificação do Problema	10
1.2. Objetivos da Pesquisa	10
1.2.1. Objetivo Geral	11
1.2.2. Objetivos Específicos	11
1.3. Metodologia Aplicada	12
1.4. Organização do Estudo	13
2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E ALICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR	14
2.1. Conceito	14
2.2. Aspecto Legais	15
2.3. Objetivo	17
2.4. Estrutura	20
3. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO - CCL	25
3.1. Conceito	25
3.2. Distinção entre circulante e não circulante	26
3.3. Variação do Capital Circulante Líquido	27

4. A MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS NA DOAR	31
4.1. Origens de Recursos	31
4.1.1. Origens de Recursos das próprias operações da Empresa (Lucro Líquido do Exercício)	31
4.1.2. Origens de Recursos dos Acionistas	32
4.1.3. Origens de Recursos de Capitais de Terceiros	33
4.1.4. Origens de Recursos da realização de ativos de longo prazo e permanente	33
4.2. Aplicações de Recursos	34
4.2.1. Recursos Aplicados nas operações	35
4.2.2. Remuneração dos Acionistas	35
4.2.3. Pagamento de obrigações de longo prazo	36
4.2.4. Alteração no Ativo Permanente	36
4.3. Operações que não afetam o CCL e que não representam Origens nem Aplicações de Recursos	36
4.3.1. Operações que afetam o resultado	37
4.3.2. Operações que não afetam o resultado	41
4.4. Operações que não modificam o CCL mas que representam Origens e Aplicações de Recursos	41
5. CONCLUSÃO	45
6. BIBLIOGRAFIA	48

1 - INTRODUÇÃO

Para a conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, fazem-se necessárias a apresentação e a defesa deste trabalho, que é exigido por uma das disciplinas obrigatórias do currículo.

Este trabalho terá em seu interior um apanhado geral de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida sobre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, no que tange às operações que não afetam o Capital Circulante Líquido.

Atualmente a contabilidade vem sofrendo modificações com o intuito de propiciar o melhor desempenho possível, para atender o seu objetivo básico que é o de bem informar, aos seus usuários, a respeito dos fenômenos que afetam o patrimônio das empresas. Esta(e) evolução (desenvolvimento) se deu por um número maior de pesquisas práticas, pela influência da informática e pela própria necessidade dos usuários de obterem informações precisas, contando com a facilidade do avanço tecnológico da informática.

A contabilidade registra, desde o nascimento da empresa, as modificações patrimoniais ocorridas e com esses dados elaboram-se as demonstrações financeiras.

Dentre as demonstrações financeiras previstas em nossa legislação, destaca-se a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), que é o foco da pesquisa ora apresentada.

Antes de se consolidar a denominação DOAR, pela Lei nº 6404/76 de 15/12/76, esta demonstração era também conhecida por Fluxo de Fundos (EUA) e Demonstração de Fontes e Usos de Capital de Giro Líquido.

A DOAR é uma demonstração contábil capaz de mostrar as mutações ocorridas na posição financeira da empresa, como também as decisões de investimentos, financiamentos e de dividendos, tendo por objetivo explicar a variação do Capital Circulante Líquido sofrida em um determinado período..

As operações que afetam o Capital Circulante Líquido (CCL) são registradas na DOAR. Por sua vez, o CCL é a diferença algébrica entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. As operações registradas simultaneamente em contas circulantes e não circulantes modificam o CCL, provocando um aumento ou redução do mesmo.

Há, entretanto, outras operações que, mesmo não afetando o CCL, tem características de financiamentos e investimentos concomitantes. O interesse que levou a escolha desta pesquisa, foi a de discutir algumas dessas operações.

Com este presente trabalho, espera-se que de alguma forma se possa contribuir para o enriquecimento bibliográfico referente ao assunto, tornando-se, assim, em mais uma fonte para pesquisadores e docentes.

1.1 - Especificações Do Problema

O Capital Circulante Líquido se altera com operações que acontecem simultaneamente em contas circulantes e não circulantes. Esta alteração é evidenciada na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Conforme anteriormente enfocado, existem operações (inúmeros casos) que mesmo não afetando o Capital Circulante Líquido constituem-se, também, em origens e aplicações de recursos, que requerem, por suas particularidades, uma melhor identificação.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, sendo uma demonstração que evidencia a evolução financeira da empresa, ao realizar sua análise e interpretação, faz-se necessário ter o conhecimento a fundo das operações que ocorreram no período e que a afetaram.

Nesse sentido, o principal problema consiste em identificar as operações aludidas.

1.2 - Objetivos Da Pesquisa

Para desenvolver de uma forma mais dinâmica este trabalho, os objetivos da pesquisa foram distribuídos em:

1.2.1 - Objetivo Geral

O Objetivo Geral deste estudo consiste em analisar as operações que não movimentam o Capital Circulante Líquido e mesmo assim devem ser evidenciados na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

1.2.2 - Objetivos Específicos

Pretende-se, a nível de Objetivos Específicos, tratar, no decorrer do trabalho, dos seguintes aspectos:

- abordar a conceituação, os objetivos e a estrutura da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos;
- comentar a legislação a respeito do assunto;
- definir o que são origens e aplicações de recursos;
- conceituar circulante e não circulante;
- discutir operações que não afetam o Capital Circulante Líquido, mas que devem ser evidenciadas na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

1.3 - Metodologia Aplicada

A metodologia aplicada neste estudo, constitui-se em pesquisa teórica.

Segundo RUIZ, (1986; p.50),

“a pesquisa teórica tem por objetivo ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses numa visão mais unitária do universo e gerar novas hipóteses por força de dedução lógica. Além disso, supõe grande capacidade de reflexão e de síntese, a par do espírito de criatividade”.

O presente trabalho está dividido em duas fases. Inicialmente, fez-se uma pesquisa bibliográfica, consubstanciada em leis, boletins, monografias e teses referentes ao assunto.

No que se diz respeito à bibliografia, RUIZ, (1986; p.58), assim define: “bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes a correntes de pensamento diversas entre si, ao longo da evolução da Humanidade”.

Seguindo este raciocínio, RUIZ (1986; p.58), diz que, “pesquisa bibliográfica consiste no exame deste manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica”.

Na segunda fase, busca-se um ordenamento das informações bibliográficas que mereceram análise de forma crítica, obtendo-se uma visão geral do conteúdo. De posse de todo o material pesquisado, selecionaram-se aqueles julgados importantes para se atingir os objetivos traçados, dando-se, então, a redação da monografia.

1.4 - Organização do Estudo

O presente trabalho foi distribuído em capítulos, para um melhor desencadeamento do mesmo.

No primeiro capítulo, apresenta-se o trabalho de forma geral, demonstrando o tema, a especificação do problema, o objetivo geral, bem como os objetivos específicos, evidencia-se também a metodologia aplicada na elaboração desta pesquisa.

O segundo capítulo, refere-se às características da Demonstração das Origens e Aplicações de Recurso, como conceito, a legislação referente ao assunto, objetivos e a sua estrutura. Assim, pretende-se alcançar os dois primeiros objetivos específicos.

No terceiro capítulo, discute-se a respeito do Capital Circulante Líquido, limitando-se ao seu conceito, distinção entre contas do circulante e não circulante e a variação do Capital Circulante Líquido, onde se pretende alcançar outro objetivo específico.

No quarto capítulo, apresenta-se a movimentação de recursos das Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e as operações que não afetam o CCL, dividindo-se em dois grupos, as que não representam origens e nem aplicações de recursos e aquelas operações que representam, procurando-se atingir mais dois objetivos específicos e o objeto geral desta pesquisa.

Ao final, no quinto capítulo, ter-se-ão as conclusões desta pesquisa em relação às operações que não afetam o Capital Circulante Líquido, mas que têm características de financiamento e investimentos concomitantes.

2 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR

2.1 - Conceito

De acordo com GOVEIA, (1984; p.301),

“A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é a apresentação, em forma relativamente padronizada, das origens e das aplicações de recursos que modificaram o Capital Circulante de uma empresa, entre duas determinadas datas. Ou, resumidamente, é a exposição do estudo das modificações na posição financeira de uma empresa (entre duas determinadas datas)”.

MARION, (1989; p.456), conceitua a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos como sendo a demonstração financeira que

“mostra a procedência de novos recursos que ingressaram na empresa durante o período contábil e que afetaram o seu capital circulante. mostra, também, a aplicação desses novos recursos aplicados de diferentes maneiras pela empresa naquele período”.

Segundo ZDANOWICZ, (1992; p.196), “trata-se do demonstrativo das variações de recursos, ocorridas no período compreendido entre dois balanços ou

balancetes consecutivos, com o objetivo de identificar quem financiou o quê, durante os períodos considerados”.

Depreende-se, da conceituação escrita por esses autores, que a DOAR é uma demonstração contábil capaz de mostrar as modificações ocorridas na posição financeira da empresa, afetando, por conseguinte, o seu Capital Circulante Líquido e permitindo, a seus usuários, conhecer a fonte dos recursos ingressados na empresa e como esses recursos foram aplicados.

2.2 - Aspectos Legais

Antes de se consolidar a denominação Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, pela Lei nº 6404, de 15 de Dezembro de 1976, (Lei das Sociedades por Ações) esta demonstração era também designada Fluxo de Fundos (Funds Flow Statement - EUA) e Demonstração de Fontes e usos de Capital de Giro Líquido.

Com o advento da mencionada Lei das Sociedades por Ações, delinear-se as empresas obrigadas à elaboração da DOAR. Segundo IUDÍCIBUS et. alii. (1990; p.569), “a Lei nº 6404 tornou obrigatória essa demonstração para todas as companhias, conforme disposto no seu artigo 176, item IV. Todavia, o parágrafo 6º do mesmo artigo elimina a obrigatoriedade de elaboração e publicação para as companhias fechadas com patrimônio líquido inferior a 20.000 ORTN (atualmente 138.400 BTN)”. A respeito do limite em BTN, o Boletim IOB - Temática Contábil e Balanços n. 5 (1991; p.40) o define como sendo de 123.400 BTN. A divergência entre os valores deve-se à controvérsia sobre a paridade a ser adotada para a

conversão de OTN para BTN. Assim, IUDÍCIUS et. alii (1992; p.569), adotou 1 OTN = 6,92 BTN enquanto a IOB, fundamentando-se na Lei nº 7.801, de 11.07.89, utilizou a paridade 1 OTN = 6,17 BTN. De qualquer forma a grande maioria das empresas está obrigada a publicá-la em virtude da Lei dimensionar um limite relativamente baixo.

Os requisitos de apresentação desta demonstração, são enunciados pelo artigo 188 da Lei nº 6404/76, como segue:

“Art. 188 - A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;

b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;

c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

a) dividendos distribuídos;

b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;

c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;

d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.”

O Conselho Federal de Contabilidade, pela Resolução nº 686, de 14 de dezembro de 1990 (DOU de 27-08-91), após acolher sugestões da classe contábil, dentro de um processo democrático aprovou as Normas Brasileiras de

Contabilidade (NBC) sobre o conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das Demonstrações Contábeis, onde dedica a NBCT.3.6 à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, contribuindo assim, para um maior esclarecimento do artigo 188 da Lei 6404/76.

2.3 - Objetivo

Segundo ZDANOWICZ, (1992; p.195), a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, tem por objetivo "indicar, em dado momento, as modificações ocorridas na posição financeira da empresa".

Seguindo este raciocínio, ZDANOWICZ, (1992; p. 196), diz que, "trata-se de um demonstrativo das variações de recursos, (...), com o objetivo de identificar quem financiou o quê, durante os períodos considerados".

Para MARION, (1989; p.427), a DOAR, "explica a variação do Capital Circulante líquido ocorrido de um ano para outro".

A DOAR, portanto, tem por finalidade mostrar a procedência das origens de recursos internos e externos, bem como de que forma esses recursos foram aplicados pela empresa, evidenciando o que aconteceu com o Capital Circulante líquido - CCL, durante determinado período, ou seja, se está mantendo, aumentando ou reduzindo o CCL, e quais as operações que provocaram esta movimentação.

Outro objetivo da DOAR é o de mostrar as decisões de investimentos, financiamentos e de dividendos na área administrativa - financeira da empresa.

É de se notar a importância e utilidade da DOAR para o conhecimento e análise das empresas. Esta demonstração auxilia nos seguintes aspectos, segundo IUDÍCIBUS et. alii (1993; p. 568):

- 1 - Conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes.
- 2 - Constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o capital circulante líquido.
- 3 - Verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo.
- 4 - Constatação de se e como a empresa está mantendo, reduzindo ou aumentando o seu capital circulante líquido.
- 5 - Verificação da compatibilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa."

O desenvolvimento de novos projetos da empresa pode ser acompanhado com a utilização da DOAR, comparando-se os valores realizados com aqueles que foram orçados, traduzindo-se em instrumento gerencial de grande utilidade.

Segundo MATARAZZO, (1985; p.171),

"a DOAR, por suas características, é, entre as demonstrações financeiras, a que está mais voltada para o futuro. Muitas das informações contidas na DOAR são concernentes a tendências, política da empresa e alternativas escolhidas que seguem determinada trajetória cuja análise permite certa projeção para o futuro".

Tradicionalmente, a análise de balanços era baseada no passado da empresa. Acreditava-se que analisando dados do passado poder-se-ia supor o futuro.

Atualmente, com o uso das técnicas previsionais, incorporam-se novas variáveis, as quais funcionam como as possíveis situações do futuro.

Evidentemente, analisando-se pelo passado o grau de erro pode ser menor em relação à análise previsional. Matarazzo, (1985; p. 173) diz que

“ (...) a análise do passado, mesmo que absolutamente precisa, dependendo das circunstâncias, não tem nenhuma utilidade para a tomada de decisões, o que jamais acontece com a análise previsional”.

Através da DOAR pode-se adotar uma análise voltada para o futuro, assim desenvolvendo as técnicas de análise de balanço, que antes eram ligadas ao passado da empresa.

A DOAR pode responder a várias questões, das quais MATARAZZO, (1985; p. 174), aborda as principais:

“Quais as causas das mudanças na situação financeira da empresa?
O que foi feito com o lucro gerado pelas operações?
Qual a aplicação feita com os novos empréstimos?
Como foi possível à Companhia distribuir dividendos após o prejuízo sofrido no exercício?
De que forma a empresa consegue manter seus pagamentos em dia se os resultados vêm sendo negativos?
Qual a capacidade da empresa de amortizar as dívidas assumidas?
Por que a liquidez diminuiu apesar do excelente lucro?
Como está sendo financiada a expansão da empresa?
Com que recursos a empresa amortizou antecipadamente dívidas de longo prazo?
O que foi feito com as receitas de venda do imobilizado?
Os recursos gerados pelas operações foram suficientes?
Por que a empresa teve de tomar empréstimo se o seu lucro mais depreciação são superiores aos investimentos em imobilizado?
Como se deu o aumento do Capital Circulante Líquido?
Foi o aumento do Capital Circulante Líquido suficiente?
Qual a habilidade dos administradores em obter recursos adequados às aplicações?
Em quantos dias o prejuízo absorverá o CCL da empresa?
Em quantos dias poderá a empresa cobrir o seu CCL negativo?”

2.4 - Estrutura

A Lei nº 6404/76, ao evidenciar no art. 188 a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, tratou-a de forma genérica, não se preocupando em esclarecer de maneira completa e óbvia os elementos que atuam na variação da posição financeira das empresas.

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com a intenção de esclarecer as informações desta demonstração, editou o Parecer de Orientação nº 15, onde mantém a base da Lei nº 6404, e aperfeiçoa a qualidade das informações, assim configurando-se, em um complemento à Lei.

O mencionado Parecer de Orientação tem seu item 7º dedicado à Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos e elucida os princípios básicos para sua elaboração, como segue:

“1 - Origens de Recursos:

1.1 - recursos provenientes das operações da companhia representados pelo resultado líquido do exercício, ajustado pelos valores que não afetam o capital circulante líquido (quotas de depreciação, amortização e exaustão, computadas no resultado do exercício: resultado da equivalência patrimonial, etc.), e pela variação do resultado de exercícios futuros. Se após os ajustes, o resultado for positivo, constitui os recursos financeiros gerados pelas operações da companhia. Caso seja negativo, compreende-se que as operações da companhia absorveram recursos, devido à insuficiência das receitas obtidas para cobertura dos custos incorridos. Neste caso, o déficit financeiro das operações será demonstrado como item das aplicações de recursos.

1.2 - recursos de acionistas são os recursos aportados à companhia pelos seus acionistas ou em seu benefício, que não decorreram das operações. São representados pelas contribuições para reservas de capital.

1.3 - recursos provenientes da realização de ativos de longo prazo e permanente - são derivados de recebimentos, alienações, baixas ou transferências para o ativo circulante de itens classificados nos ativos realizáveis a longo prazo e permanente.

1.4 - recursos provenientes de capitais de terceiros a longo prazo - são obtidos pela empresa mediante empréstimos, financiamentos e outras obrigações, provocando aumento nas exigibilidades a longo prazo.

2 - Aplicações de Recursos:

2.1 - recursos aplicados nas operações - quando o resultado líquido do exercício, após os ajustes referidos no item 1.1., apresenta uma situação negativa, indicando que as receitas foram insuficientes para a cobertura das despesas incorridas.

2.2 - recursos aplicados no pagamento ou remuneração de acionistas - registram as parcelas destinadas ao pagamento de dividendos, devolução de capital etc., constituindo redução do patrimônio líquido da empresa.

2.3 - recursos aplicados na aquisição (ou aumento) dos ativos de longo prazo e permanente - registra os valores decorrentes de créditos concedidos pela companhia a longo prazo; aquisição de bens, investimentos e imobilizações, aplicações em ativo diferido, etc.

2.4 - recursos aplicados na redução de obrigações a longo prazo - representadas pelas diminuições do passivo exigível a longo prazo, em decorrência

de transferências para o passivo circulante ou de pagamentos antecipados de dívidas.

3 - Variação do Capital Circulante Líquido - apuração da diferença entre os totais das origens e das aplicações dos recursos.

4 - Demonstração da Variação do Capital Circulante Líquido - demonstra o aumento ou a redução do Capital Circulante Líquido, mediante indicação dos saldos, iniciais e finais, do ativo e do passivo circulante, e suas respectivas variações líquidas, no período.”

Como a Lei nº 6404/76 mostra uma visão geral da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, não há uma padronização quanto a sua estrutura entre as empresas. Todavia, as companhias abertas e as instituições financeiras têm orientação de órgãos fiscalizadores - Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Banco Central do Brasil - BACEN.

Com a Circular nº 1273 de 29 de Dezembro de 1987, o BACEN criou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Nacional - COSIF, onde divulga total mudança na preparação e modo de apresentar esta demonstração para as instituições financeiras.

Para o BACEN a variação do Capital Circulante Líquido significa o aumento ou redução das disponibilidades, divergindo, assim, com a Lei nº6404/76 e com CVM, que tratam o Capital Circulante Líquido como sendo o aumento ou decréscimo do ativo e passivo circulantes.

Para uma melhor análise da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é relevante que se organizem as Origens, separando-as em grupos semelhantes, tais como: das operações, dos acionistas e de terceiros.

O segundo bloco que aparece na demonstração é o das Aplicações. Pelos autores pesquisados e pela leitura da Lei das Sociedades por Ações não há separação das aplicações em grupos, como ocorre com as origens.

Por último, temos a variação do Capital Circulante Líquido, dentro do período considerado.

A seguir apresenta-se, de forma resumida, a estrutura da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

COMPANHIA ABC
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercício findo em 31 de dezembro de 19X5

ORIGENS DE RECURSOS
DAS OPERAÇÕES

- Lucro Líquido do Exercício
- Operações que não afetam o Capital Circulante Líquido:
 - + Depreciação, Amortização e Exaustão
 - (±) Resultado da Correção Monetária do Exercício
 - (±) Variação Monetária de Créditos e Obrigações de longo prazo
 - (±) Resultado da Equivalência Patrimonial
- + Prejuízo na alienação de bens do Imobilizado
- Lucro na alienação de bens Imobilizado

DOS ACIONISTAS

- Integralização do Capital Social

DE TERCEIROS

- Ingresso de Empréstimos a Longo Prazo
- Alienação de bens do Imobilizado (Valor da Venda)
- Redução de valores realizáveis a Longo Prazo

TOTAL DAS ORIGENS

APLICAÇÕES DE RECURSOS

- . Na aquisição de direitos no imobilizado (ao custo)
- . Em adições ao custo do Ativo Diferido
- . Na transferência para curto prazo de empréstimos, financiamentos e debêntures a Longo Prazo
- . Em dividendos Propostos

TOTAL DAS APLICAÇÕES

AUMENTO/DIMINUIÇÃO DO CCL (ORIGENS - APLICAÇÕES)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	SALDO 31/12/x4	SALDO 31/12/x5	AUMENTO (OU DIMINUIÇÃO)
ATIVO CIRCULANTE			
PASSIVO CIRCULANTE			
CCL			

3 - CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

3.1 - Conceito

No que se refere ao Capital Circulante Líquido - CCL, GITMAN, (1987; p.180), diz que: 'CCL é a diferença entre os ativos circulantes e passivos circulantes da empresa. (...), é necessário um certo nível de CCL, já que quase todas as entradas e saídas de caixa não são perfeitamente sincronizadas.'

Uma outra definição do CCL segundo GITMAN (1987; p. 281), "é aquela porção dos ativos circulantes de uma empresa financiada com fundos a longo prazo."

Antes de consolidar a denominação Capital Circulante Líquido, pela Lei nº 6404/76, o mesmo era conhecido como Capital de Giro Líquido.

3.2 - Distinção entre o Circulante e não Circulante.

Primeiramente, antes de dar continuidade ao tratamento do Capital Circulante Líquido, é interessante haver uma separação do que é Circulante e não Circulante.

Sabe-se que os valores circulantes são os integrantes daquelas contas agrupadas no Ativo Circulante e Passivo Circulante. Assim, o elenco restante de contas do Balanço Patrimonial é classificado como não Circulante, onde aparecem os seguintes grupos de contas: Realizável a Longo Prazo, Permanente, Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido.

O grupo circulante (passivo e ativo), apresenta contas que aumentam e diminuem freqüentemente no mesmo período. Para MARION, (1989; p. 80),

“ativo circulante são contas que estão constantemente em giro - em movimento - sendo que a conversão em dinheiro será, no máximo, no próximo exercício social.” Já o passivo Circulante, “são obrigações exigíveis que serão liquidadas nos próximos 365 dias, após o levantamento do Balanço.”

Outra forma de se considerar o que é circulante ou não circulante é pelo conceito do ciclo operacional, quando este for superior a 12 meses. Neste caso, as contas com previsão de realização ou liquidação dentro desse ciclo operacional são contas pertencentes ao circulante e as demais serão classificadas como não circulante.

Um outro aspecto do ativo circulante, é o de possuir também a denominação Ativo Corrente ou Capital de Giro.

A situação adequada para a empresa seria a de possuir um ativo circulante maior que seu passivo circulante, o que, em tese, propiciaria manter em dia o pagamento de suas obrigações.

Mas, às vezes, mesmo enquadrando-se nessa situação, ou seja, ativo circulante superior ao passivo circulante, a empresa não consegue fazer o pagamento de suas obrigações em dia. Isto decorre do fato dos valores constantes do ativo circulante estarem se transformando em dinheiro de maneira mais lenta que o vencimento das dívidas a pagar. Nessas circunstâncias a empresa, para reforçar o caixa, recorre a empréstimos, descontos de duplicata etc, incorrendo em encargos financeiros.

3.3 - Variação do Capital Circulante Líquido

Sobre a variação do Capital Circulante Líquido, GOVEIA (1984; p.299), diz que

“o Capital Circulante de uma empresa é modificado sempre que qualquer débito ou crédito feito em contas do ativo ou passivo circulante tem como contrapartida uma conta do ativo ou passivo não circulante ou vice-versa.”

Em relação à análise da variação do Capital Circulante Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é, dentre os Relatórios Contábeis, o principal instrumento para se conhecer os fatos administrativos que concorreram para essa variação.

Segundo IUDÍCIBUS et. alii (1990; p.587), “outra falha da legislação foi a de não se obrigar a publicação das modificações internas do Capital Circulante Líquido.”

Para um melhor entendimento das variações do Capital Circulante Líquido, seria interessante fazer a Demonstração das Variações Internas do Capital Circulante Líquido, cuja elaboração não é obrigatória.

Ela evidencia a variação de conta por conta do ativo e passivo circulantes, tornando-se muito mais informativo e esclarecedor, assim proporcionando uma melhor análise dos usuários.

De acordo com MARION, (1989; p. 430), a primeira regra fundamental na variação do Capital Circulante Líquido, é a seguinte:

“Sempre, quando houver uma operação envolvendo unicamente contas do circulante, não altera o Capital Circulante Líquido”. Já a segunda regra diz:

“Sempre, quando houver uma operação envolvendo contas do circulante e não circulante, haverá alteração do Capital Circulante Líquido”.

A título de ilustração, são informadas, a seguir, algumas dessas operações envolvendo contas do circulante e não circulante, com a correspondente repercussão no CCL:

a) Aquisição de um veículo, à vista.

CIRCULANTE - Há uma redução, na conta Bancos ou caixas.

NÃO-CIRCULANTE - Há um aumento, no Imobilizado.

REPERCUSSÃO - Diminui o CCL.

b) Pagamento antecipado de um financiamento a longo prazo.

CIRCULANTE - Há uma redução, na conta Bancos ou caixa.

NÃO-CIRCULANTE - Há uma redução, no Passivo Exigível a Longo Prazo.

REPERCUSSÃO - Diminui o CCL.

c) Obtenção de um empréstimo a longo prazo, junto a uma Instituição Financeira.

CIRCULANTE - Há um aumento na conta Bancos.

NÃO-CIRCULANTE - Há um aumento no Passivo Exigível a Longo Prazo.

REPERCUSSÃO - Aumenta o CCL.

d) Aumento do Capital Social, com integralização em mercadorias para o estoque.

CIRCULANTE - Há um aumento na conta Estoque de Mercadorias.

NÃO CIRCULANTE - Há um aumento no Patrimônio Líquido, na conta Capital Social.

REPERCUSSÃO - Aumenta o CCL.

e) Venda de ações, a vista, registradas no Ativo Permanente - Investimento.

CIRCULANTE - Há um aumento na conta Bancos ou Caixa.

NÃO CIRCULANTE - Há uma redução no Ativo Permanente - Investimentos.

REPERCUSSÃO - Aumenta o CCL.

f) Pagamentos de fornecedores.

CIRCULANTE - Há uma redução na conta Bancos ou Caixa.

NÃO CIRCULANTE - Há uma redução na conta Fornecedores.

REPERCUSSÃO - Não altera o CCL.

4 - A MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS NA DOAR

4.1 - Origens de Recursos

Entende-se como origens de recursos, para fins da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, toda a movimentação que aumenta o Capital Circulante Líquido - CCL. De modo geral, as origens de recursos se dão pelas operações que diminuem o ativo e/ou que aumentam o passivo não circulantes. As origens de recursos, segundo o Artigo 188 da Lei nº 6404/76 e o item 7 do Parecer de Orientação CVM nº15, são:

I - Das próprias operações da empresa (Lucro líquido do exercício).

II - Dos recursos de acionistas

III - Dos recursos de capitais de terceiros

IV - Dos recursos da realização de ativos de longo prazo e permanente.

4.1.1 - Origens de Recursos das Próprias Operações da Empresa (Lucro Líquido do Exercício)

A principal fonte de recursos de uma empresa é o seu lucro líquido. O lucro ocorrido em um exercício social decorre do fato das receitas serem maiores que as despesas.

Essas receitas contribuem para o aumento do C.C.L.; enquanto as despesas atuam como reduções/aplicações do C.C.L.. No aspecto geral, ocorre origens de recursos quando houver lucro de exercício.

Da Demonstração do Resultado se obtém o lucro líquido do exercício, que será ajustado de modo a excluir os valores somados como despesa ou receita, que não geraram origens nem aplicações de recursos.

4.1.2 - Origens de Recursos dos Acionistas

São origens dadas pela integralização do Capital e as contribuições para a reserva de Capital

A integralização do Capital deve ser considerada por ingressos de recursos (em dinheiro) o qual ocasiona o aumento do C.C.L.. Sendo uma integralização de Capital por aumento no Permanente (bens ou direitos), esta operação não afeta o C.C.L., mas será tratada como origem e aplicação de recursos simultaneamente. No item 4.3 deste trabalho, serão abordados os aspectos de operações desta natureza. As contribuições para as reservas de Capital que são consideradas como origens, estão abaixo descritas:

- ágio na emissão de ações;
- o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- o Prêmio recebido na emissão de debêntures;

- as doações e subvenções, sendo a doação em dinheiro, ou outro tipo (estoques) mas que afete o ativo circulante.

4.1.3 - Origens de Recursos de Capitais de Terceiros

As origens de capitais de terceiros são os empréstimos, financiamentos e outras obrigações, que provocam aumento no exigível a longo prazo e que geram acréscimo no ativo circulante.

O total da origem será o valor do novo empréstimo, e as reduções por pagamento ou transferência para o passivo circulante consideram-se como aplicações.

4.1.4 - Origens de Recursos da Realização de Ativos de Longo Prazo e Permanente

Estas origens de recursos se dão pela alienação, recebimento, baixas ou transferência do ativo realizável de longo prazo e permanente para o ativo circulante.

Quando o grupo de contas do realizável a longo prazo no ativo, é reduzido por transferência para o ativo circulante, resgate, recebimento ou venda ocorrerá

um aumento do C.C.L.. Por outro lado, este grupo quando sofre um aumento tem-se uma aplicação de recursos.

A baixa do ativo permanente (imobilizado), tem merecido diferentes tratamentos, na DOAR. Para registrar uma venda do imobilizado na DOAR, tem-se duas maneiras de fazer, segundo IUDÍCIBUS et. alii (1992; p.575).

- Na primeira forma adiciona-se ao lucro líquido o valor líquido contábil das baixas para se chegar ao total das origens das operações.

- Na segunda forma faz-se o inverso, reduzindo-se do lucro líquido o valor do lucro não-operacional da venda do imobilizado e, ao mesmo tempo, registrando-se como origem o valor total produzido por essa transação não-operacional."

4.2 - Aplicações De Recursos

As operações ocorridas durante o período contábil e que produziram uma redução do CCL, são consideradas Aplicações de Recursos.

Braga, (1987; p. 99), diz que,

"assim as aplicações de recursos provocam aumentos no Ativo e ou redução no Passivo e Patrimônio Líquido. Os recursos obtidos pela empresa são normalmente aplicados na remuneração de seus sócios ou acionistas, na aquisição de novas ações em empresa coligada ou controlada, na compra de novos equipamentos para o ativo imobilizado, na liquidação ou redução de suas dívidas de longo prazo, bem como no aumento de seu capital circulante, entre outras."

Entre as aplicações de recursos temos:

- a) recursos aplicados nas operações;
- b) remuneração dos acionistas;
- c) pagamento de obrigações de longo prazo;
- d) alterações no Ativo Permanente por:
 - aquisição de bens ativo imobilizado;
 - aquisição de novos investimentos permanentes em outras sociedades;
 - aplicação de recursos no ativo diferido.

4.2.1 - Recursos Aplicados nas Operações

O lucro líquido do exercício que é o produto da Demonstração do Resultado do Exercício, terá que ser ajustado, pois sofreu variações durante a apuração de resultados, por itens não monetários.

Depois de ser ajustado, se continuar dando lucro teremos uma origem. Ou se, caso contrário, ocorreu prejuízo teremos uma aplicação de recursos.

Nesta forma, consideram-se recursos aplicados nas operações os prejuízos apurados, por conterem despesas maiores que o total das receitas.

4.2.2 - Remuneração dos Acionistas

No mundo dos negócios ninguém vai aplicar dinheiro sem um considerável retorno sobre o investimento feito.

A remuneração dos acionistas é o retorno sobre o capital investido na empresa; são os dividendos.

4.2.3 - Pagamento de Obrigações de Longo Prazo

São as diminuições do Passivo Exigível a Longo Prazo por transferência para o Passivo Circulante ou ainda por pagamentos antecipados de dívidas.

Segundo Ludícibus (1990; p.567), “a obtenção de um novo financiamento representa uma origem, a sua liquidação significa uma aplicação.”

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Ludícibus (1990; p. 567), diz que,

“como o conceito de recursos é o capital circulante líquido, a mera transferência de um saldo de empréstimo do exigível a longo prazo para o passivo circulante, por vencer no exercício seguinte, representa uma aplicação de recursos, pois reduziu o Capital Circulante Líquido.”

4.2.4 - Alterações no Ativo Permanente

Essas alterações se dão pelas aquisições de bens, investimentos, imobilizações e aplicações no ativo diferido.

4.3 - Operações que não afetam o CCL e que não representam origens nem aplicações de recursos

Há entre essas operações um grupo que afeta o resultado do período e outro que não provoca alterações no resultado, conforme adiante descrito.

4.3.1. Operações que Afetam o Resultado

Existem certos valores, decorrentes de algumas operações, que são somados como despesa ou receita ao resultado do exercício, sem, contudo, gerar origens ou aplicações de recursos.

Esses valores são chamados por MARION, (1989; p.436 e 437) de "Elementos não monetários ou itens não monetários."

Estes elementos não monetários podem aparecer como uma despesa ou receita, mas não geram modificação no C.C.L. Entre eles temos:

- a) Depreciação, Amortização e Exaustão
- b) Resultado da Correção Monetária
- c) Resultado da Equivalência Patrimonial
- d) Variação Cambial e a Correção monetária de financiamentos de longo prazo
- e) Outros itens

a) Depreciação, amortização e exaustão.

Estes elementos não monetários aparecem no exercício como despesa, diminuindo, conseqüentemente, o lucro líquido do exercício, porém não afetando o Capital Circulante Líquido.

Ao se adquirir um bem ou direito no ativo permanente num período anterior, já se considerou este fato na DOAR como uma aplicação de recursos. Hoje ao serem amortizados, exauridos ou depreciados estes bens e direitos são contabilizados como uma despesa para efeito de apuração de resultados. Porém ao

se apurar as origens geradas pelas próprias operações soma-se este valor ao lucro líquido do exercício.

A amortização, depreciação e a exaustão, reduzem o Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, mas não modificam as contas do ativo e passivo circulantes.

GOVEIA, (1981; p.30) lembra que

“o registro da depreciação tem efeito simplesmente contábil, segue-se que a redução provocada no ativo imobilizado não produziu entrada de recurso, e a redução conseqüente no resultado do exercício (passivo não circulante) não representou, em qualquer hipótese, aplicação de recursos”.

O mesmo raciocínio aplica-se à amortização e à exaustão.

Com isto, a variação provocada pela depreciação, amortização e exaustão aparecem na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos como um ajuste ao lucro líquido do exercício.

b) Resultado da Correção Monetária

No Balanço Patrimonial os itens do Permanente e Patrimônio Líquido são periodicamente corrigidos, como também as diminuições do Permanente devem ser corrigidas (depreciação, exaustão e amortização).

O saldo da Correção Monetária do Balanço, se credor deverá ser considerada como receita do exercício, em caso contrário, isto é, se devedor será considerada como uma despesa.

A correção Monetária é um dispositivo no sentido do reconhecimento do efeito da inflação sobre o Balanço Patrimonial. O registro do fato da Correção

Monetária nada altera no ativo e passivo circulantes, conseqüentemente não alterando o C.C.L.

Sendo assim, para o ajuste do lucro líquido do exercício, o saldo da Correção Monetária, deverá ser somado ao lucro quando esse saldo for devedor e diminuído quando for credor.

c) - Resultado do método da Equivalência Patrimonial.

O resultado do Método da Equivalência Patrimonial segundo MARION,(1991; p.318), consiste em:

“- primeiro lugar, em determinar o percentual de participação no capital da investida.

- segundo lugar, multiplica-se este percentual pelo Patrimônio Líquido da investida e o resultado será o valor do investimento da investidora.

A diferença entre o valor do investimento, obtido no item anterior, e o custo de aquisição corrigido monetariamente será registrado como resultado do exercício.(DRE).”

O Método da Equivalência Patrimonial representa, portanto, que a conta investimento da empresa investidora é alterada proporcionalmente ao Patrimônio Líquido da empresa investida.

No momento do reconhecimento do lucro/prejuízo pela empresa investidora sobre sua coligada ou controlada, nada se modifica no circulante, pois ainda não foram recebidos os dividendos. Por esse motivo que não se altera o C.C.L.. Como cita Marion (1989; p.439):

“... dado que se trata de um resultado econômico que será realizado financeiramente no futuro.”

Então ajusta-se o lucro líquido do exercício, somando-se a este, quando despesa e subtraindo-se na ocorrência de receita.

d) Variação Cambial e a Correção Monetária de Financiamentos de Longo Prazo.

Funcionam como despesa, diminuindo o resultado do exercício. Ao registro desta operação ocorre o aumento do exigível a longo prazo e a redução do Patrimônio Líquido, nada afetando o Circulante.

Estas variações não afetam o C.C.L., e por serem despesas deverão ser somadas ao lucro líquido do exercício, assim o ajustando.

e) Outros itens.

Segundo IUDÍCIBUS et. alii (1990; p.572), além dos itens comentados, “pode haver outros que afetam o lucro, mas não afetam o Capital Circulante Líquido, devendo ter o mesmo tratamento. ”Enquadram-se nesta situação, entre outros, a baixa de bens obsoletos do ativo permanente, a provisão para desvalorização de investimentos, apropriação de receitas e despesas diferidas em períodos anteriores, débitos ou créditos no resultado provenientes de investimentos e reversões de provisões retificadoras do ativo não circulante.”

4.3.2. Operações que não Afetam o Resultado

Enquadra-se a grande maioria das operações do grupo de contas não circulantes com contra partida no próprio não circulante. Ocorre, também, quando se tem lançamentos envolvendo somente o grupo circulante, sem que tenham, portanto, afetado o resultado do exercício, não representando, assim, origens ou aplicações de recursos. Tais operações não aparecem na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Segundo GOVEIA, (1984; p. 39), as mais freqüentes são:

- correção monetária e/ou variação cambial de financiamentos a longo prazo apropriados a despesas de implantação;
- transferências entre contas do ativo permanente imobilizado e diferido;
- aumento de capital com incorporação de reservas;
- aumento de capital com adiantamentos (créditos) de acionistas recebidos em anos anteriores;
- transferências de lucros acumulados para reservas e reversões de reservas para lucros acumulados;
- ajuste de exercícios anteriores efetuados na conta de lucros ou prejuízos acumulados (cuja contrapartida é uma conta não circulante); e
- acréscimos no ativo imobilizado provenientes de reavaliações.”

4.4. - Operações que não modificam o CCL mas que representam origens e Aplicações de Recursos

A variação do Capital Circulante Líquido se dá por inúmeras operações, mas há outras tantas operações que mesmo não o afetando, aparecem na DOAR como origens e aplicações de recursos simultaneamente.

Tendo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos o objetivo de evidenciar as origens e aplicações de recursos que contribuíram para aumentar ou diminuir o Capital Circulante Líquido, e também sendo uma demonstração capaz de apresentar as variações de financiamentos e investimentos da empresa, é importante aparecer dentro desta todas as operações ocorridas num período determinado, mesmo aquelas que não afetam o Capital Circulante Líquido mas que representam origens e aplicações, assim levando ao usuário (interno, externo, analista) desta demonstração a interpretações muito mais completas daquilo que aconteceu na realidade com a estrutura patrimonial da empresa.

IUDÍCIBUS, (1990; p. 568) cita algumas dessas partidas dobradas, que não afetam o CCL, mas são evidenciadas na DOAR:

a) Aquisição de bens do Ativo Permanente (Investimentos ou Imobilizado) pagáveis a Longo Prazo. Nesse caso, há uma aplicação pelo acréscimo do Ativo Permanente e ao mesmo tempo uma origem pelo financiamento obtido pelo acréscimo no Exigível a Longo Prazo no exercício, como se houvesse entrado um recurso que fosse imediatamente aplicado.

b) Conversão de Empréstimo de Longo Prazo em Capital, caso em que há uma origem pelo aumento do capital e, paralelamente, uma aplicação pela redução do Exigível a Longo Prazo, como se houvesse ingresso de recurso de capital aplicado na liquidação da dívida.

c) Integralização de Capital em bens do Ativo Permanente, situação também sem efeito sobre o Capital Circulante Líquido, mas representado na origem (aumento de capital) e na aplicação (bens do Ativo Permanente recebidos), como se houvesse essa circulação do recurso.

d) Venda de bens do Ativo Permanente recebível a Longo Prazo, operação que também deve ser demonstrada na origem, como se fosse recebido o valor da venda, e na aplicação, como se houvesse o empréstimo sido feito para recebimento a longo prazo”.

Note-se que não existe uma regra pré estabelecida para definir se uma operação que, mesmo não afetando o CCL, deve ser evidenciada na DOAR. Contudo, há necessidade de saber conhecê-la, de forma a não prejudicar a qualidade das demonstrações contábeis, propiciando, assim, um maior nível de informações para seus usuários.

Pela pesquisa efetuada, na elaboração do presente trabalho, depreende-se que a identificação de tais operações pode se tornar menos complexa se for adotada uma analogia com as operações que afetam o CCL. Exemplificando, pode-se citar uma operação de *recebimento de um bem destinado ao ativo imobilizado para quitação de um crédito classificado no ativo realizável a longo prazo (ARLP)*. Neste caso, analisam-se isoladamente o débito e o crédito envolvidos na operação, simulando uma contrapartida com os ativo e passivo circulantes. Assim, tem-se:

a) *recebimento de um bem destinado ao ativo imobilizado para quitação de um crédito classificado no ativo circulante (AC)*. Mudou-se, para fins de raciocínio, a contrapartida do crédito de ARLP para AC.

Esta operação, que é perfeitamente possível, significa que o bem recebido deve ser considerado como uma aplicação de recursos, já que houve uma redução no CCL.

b) *recebimento de um bem destinado ao ativo circulante para quitação de um crédito classificado no ativo realizável a longo prazo*. Agora, mudou-se a contrapartida do débito de ativo imobilizado para ativo circulante.

Esta operação, que também é perfeitamente possível, significa que a quitação de um crédito classificado no ativo realizável a longo prazo deve ser considerado como uma origem de recursos, já que houve um aumento no CCL.

Vê-se, portanto, que a operação originalmente analisada representa uma aplicação e uma origem de recursos, simultaneamente.

Utilizando um exemplo impossível para confirmar o raciocínio: *aumento de capital social com reservas de lucros*. Pode-se simular uma operação em que o crédito decorrente do aumento de capital social faça contrapartida com CCL, mas é impossível simular o débito decorrente da utilização das reservas de lucros fazendo contrapartida também com o CCL. Logo, a operação original, ou seja, *aumento de capital social com reservas de lucros*, não representa aplicação e origem de recursos simultaneamente.

Evidentemente, há outras linhas de raciocínio que podem ser adotadas para identificar as aludidas operações, mas a aqui exposta é uma forma que proporciona segurança, facilitando a elaboração de uma Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos mais informativa.

5 - CONCLUSÃO

No decorrer dos últimos anos a contabilidade passou por algumas mudanças, assim, como também o profissional contador, que acompanhou esta evolução, adquirindo outra visão sobre a amplitude de sua profissão.

Como a maioria das outras ciências, a contabilidade também entrou na era da informática e com isto, grande parte do trabalho braçal do profissional foi absorvido pela máquina.

Destacando-se nesse ponto a contabilidade gerencial, a qual está voltada para a administração da empresa, com o intuito de passar um maior número possível de informações ao gerente ou administrador da empresa.

Com a evolução ocorrida, o contador gerencial ganha um grande aliado, a informática. Passando, de um mero registrador de atos e fatos contábeis, a ocupar um papel importante na empresa atuando nas áreas de planejamento e tomadas de decisões.

Uma das demonstrações financeiras que elabora e se utiliza para análise da posição financeira da empresa é a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Como foi apresentado nesta monografia o principal objetivo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é evidenciar a variação

ocorrida no Capital Circulante Líquido da empresa (entre determinadas datas), mas possui outros objetivos como: demonstrar a procedência das origens de recursos internos e externos e como esses recursos foram aplicados pela empresa; mostrar as decisões de investimentos, financiamentos e de dividendos na área administrativa - financeira da empresa; esta demonstração é utilizada para fazer a análise previsional da empresa.

Então, conclui-se que é necessário analisar as operações que modificam a situação patrimonial da empresa, mesmo que tais operações não variem seu Capital Circulante Líquido (CCL).

As operações que variam o CCL aparecem na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos por representarem o objetivo desta demonstração.

Dentre as variações que não afetam o CCL, tais operações já comentadas e exemplificadas neste estudo, verificou-se tal importância destas, na DOAR.

O Objetivo desta monografia é o de divulgar a necessidade de evidenciar as operações aludidas, pois sendo a DOAR um demonstrativo financeiro onde são mostradas as origens e aplicações de recursos que contribuíram para aumentar/diminuir o CCL, seriam, assim, demonstradas todas as operações ocorridas (valores expressivos), apresentando uma DOAR ideal, onde o usuário poderia analisar com mais profundidade quais as mutações ocorridas na empresa, e com base nestas informações, tomar as decisões a respeito da empresa, tanto no âmbito interno, como externo.

Mostrou-se, no item 4.4, a possibilidade de simular as operações em questão fazendo contrapartida com o Capital Circulante Líquido, de forma a tornar menos complexa a sua identificação.

Observa-se a importância de serem utilizados valores atualizados para a elaboração da DOAR. Assim, não deixando os usuários dessa demonstração fazerem interpretações completamente distorcida da realidade financeira da empresa.

6 - BIBLIOGRAFIA

ASSAF NETO, Alexandre. ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS:
Um enfoque econômico - financeiro. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

BRAGA, Hugo Rocha. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: estrutura
análise e interpretação. São Paulo : Atlas, 1987

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO
PAULO. CURSO DE ATUALIZAÇÃO CONTÁBIL: auditoria,
contabilidade, tributação, direitos sociais. São Paulo, 1989.

_____. CURSO SOBRE TEMAS CONTÁBEIS: Uma contribuição à
educação continuada da profissional de Contabilidade - 4 - São
Paulo: Atlas, 1991.

DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.
COAD, nº 35, p.394, 1991.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (OU CONTÁBEIS) OBRIGATÓRIAS.

BOLETIM IOB. São Paulo, nº 5, p.40, 1991.

**FRANCO, Hilário. ESTRUTURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE
BALANÇOS: de acordo com a nova Lei das S.A. 13 ed. São Paulo:
Atlas, 1978.**

**GITMAN, Lawrence J.. PRÍNCÍPIOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.
3 ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1987.**

**GOVEIA, Nelson. CONTABILIDADE BÁSICA. São Paulo: McGraw - Hill
do Brasil, 1984.**

**_____. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE
RECURSOS. São Paulo: Atlas, 1981.**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS: Normas Brasileira de Contabilidade - CFC . Normas
Internacionais de Contabilidade - IASC. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992.**

IUDÍCIBUS, Sérgio de ; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens.

**MANUAL DE CONTABILIDADE DAS SOCIEDADES POR AÇÕES:
Aplicável também às demais Sociedades. 3.ed. São Paulo: Atlas,
1990.**

LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES. Lei nº 6404, de 15/12/76. 20 ed.

São Paulo: Atlas, 1988.

MARION, José Carlos. CONTABILIDADE EMPRESARIAL. 4 ed. São

Paulo: Atlas, 1989.

MATARAZZO, Dante Carmine. ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS:

abordagem básica. São Paulo: Atlas, 1984 - 1985.

NORMAS E INSTRUÇÕES DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS

- CVM e do BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN.

RÚDIO, Franz Victor. INTRODUÇÃO AO PROJETO DE PESQUISA

CIENTÍFICA: Petrópolis: Vozes, 1986.

RUIZ, João Álvaro. METODOLOGIA CIENTÍFICA: Guia para eficiência

nos estudos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. ANÁLISE

DE BALANÇOS PARA CONTROLE GERENCIAL: enfoque sobre o

fluxo de caixa e previsão de rentabilidade. 3 ed. São Paulo: Atlas,

1993.

SEVERIANO, Antônio Joaquim. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: diretrizes para o trabalho didático - científico na Universidade. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976.

THEUHERZ, Rolf Mário. ANÁLISE FINANCEIRA POR OBJETIVOS. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

ZDANOWICZ, José Eduardo. FLUXO DE CAIXA: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 5 ed. Porto Alegre: Sagra - D.C. Luzzatto Ed., 1992.